

GÊNERO, MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICATOS TRABALHISTAS: ANALISANDO REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM ESPAÇOS REIVINDICATIVOS

GENDER, SOCIAL MOVEMENTS AND LABOR UNIONS: ANALYSIS OF FEMALE REPRESENTATION IN AREAS CLAIMED

MARCELO RODRIGUES LEMOS

Recebido em: 13/03/2011

Aprovado em: 06/06/2011

RESUMO

Este artigo versa sobre questões de gênero articuladas aos movimentos sociais e sindicatos trabalhistas. Entendendo o gênero enquanto uma categoria analítica socialmente construída, percebe-se um imaginário que, erroneamente, retira das mulheres a figura de sujeitos políticos ativos. A partir das colaborações teóricas de Elisabeth Souza-Lobo e Magda Neves, o estudo resgata, comparativamente, as contribuições das referidas autoras para a revisão analítica sobre a prática e as representações em torno das operárias sindicalizadas e/ou ligadas a movimentos sociais.

Palavras-chave: Gênero; Movimentos sociais; Mulheres; Sindicatos; Trabalho.

ABSTRACT

The following article reflects on gender issues articulated in social movements and labor unions. Understanding gender as an analytical category is socially constructed, one sees an imaginary of women who mistakenly draws a picture of active political subjects. From the theoretical contributions of Elisabeth Souza-Lobo and Magda Neves rescues the study compared the contributions of those authors for the analytical review on the practice and the representations about the workers unionized and/or related social movements.

Keywords: Gender; Social movements; Unions; Women; Work.

1 Introdução

As lutas em favor da emancipação feminina, a queda da taxa de fecundidade e a melhora do nível escolar, possibilitada pela transformação cultural ocorrida no Brasil a partir dos anos 1960 e pelo aumento do número de mulheres nas universidades, permitiram maior participação delas no mercado de trabalho, as quais puderam sair da esfera privada do lar e adentrar nas relações produtivas do trabalho. No entanto, “o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado desde meados dos anos 1970 e o maior acesso das mulheres a profissões de prestígio não signifi-

caram a conquista da igualdade de gênero.” (TOSTA, 2011, p. 59).

De modo geral, a inserção feminina veio associada a uma lógica de precariedade. Em muitos casos, as mulheres ingressam no mercado de trabalho na perspectiva das subcontratações, empregos temporários e terceirização, como bem chamam atenção os estudos sobre gênero voltados para a subordinação histórica das mulheres no trabalho (HIRATA, 2002, 2007).

O fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi marcado pelo processo de intensificação da industrialização brasileira, com o concomitante processo de exclusão da força de trabalho das mulheres dos segmentos

econômicos mais modernos, restringindo sua atuação ao setor de serviços menos qualificados. Contudo, verifica-se que a ocorrência da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a expulsão dele se dá de modo complexo e não linear. Com isso, um dos esforços dos estudos sobre a articulação entre gênero e trabalho é, justamente, buscar o entendimento dessa complexidade (ABRAMO; ABREU, 1998).

Em meados dos anos 1980, na conjuntura dos processos de globalização, reestruturação produtiva e flexibilização, receberam destaque fenômenos significativos de feminização da força de trabalho em certos segmentos industriais e agroindustriais. No entanto, como ressalta Hirata (1997, 2007) as mudanças e inovações no processo produtivo, fomentadas pela tecnologia, não têm as mesmas implicações sobre as mulheres e sobre os homens, tanto em países bastante industrializados e totalmente inseridos na dinâmica da globalização, quanto nos países que ainda estão em desenvolvimento.

Salários inferiores são pagos às mulheres, pois se entende que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação à dos homens. Elas se inserem em postos de trabalho mais precários, sem qualificação e atípicos e devem conciliar jornadas duplas de trabalho, ao passo que os fatores destinados à reprodução da força de trabalho, como as tarefas domésticas, são tidos como de responsabilidade feminina.

Com isso, a tecnologia fomenta a criação de nichos profissionais específicos. As atividades exercidas por trabalhadores e trabalhadoras frente ao mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas entre setores de atividades econômicas. As trabalhadoras brasileiras encontram maiores opções de emprego na prestação de serviços, em elevado índice no setor social (que envolve trabalhos comunitários), além do ensino (especialmente o infantil) e ocupações médicas (relativas ao cuidado). Já os homens exer-

cem atividades em maior número no setor da indústria e construção civil. Tudo isso se deve à representação de que as mulheres são delicadas e gentis, possuindo habilidades manuais e de cuidado, enquanto os homens são vistos como fortes para serviços pesados (HIRATA, 1997, 2007).

Nos anos 1990, por influência das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), o Brasil incorporou ao conceito de trabalho as ocupações realizadas em domicílios que são remuneradas em valor monetário ou por benefícios. Incorporou também as atividades sem remuneração desenvolvidas durante, no mínimo, uma hora na semana, na unidade domiciliar, em instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, seja como colaborador, seja aprendiz ou estagiário.

No novo conceito de trabalho caracterizam-se, portanto, as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o próprio consumo. O maior refinamento do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas desempenhadas por mulheres (BRUSCHINI, 1998, p. 288).

Assim, cresce de maneira significativa, no Brasil e em vários países, a atuação das trabalhadoras em setores econômicos diversos, seja de forma mais perceptível, em grandes empresas formais, nas quais ocupam a ponta da cadeia produtiva, seja de modo menos visível, em inúmeros segmentos de subcontratações (ABRAMO; ABREU, 1998).

2 Proposta do texto

Todo esse processo de aumento da presença feminina nas relações de trabalho trouxe, simultaneamente, o crescimento e a intensificação da atuação das mulheres em espaços reivindicativos, como os movimentos sociais e sindicatos. Com isso, revisitando reflexões de pesquisadoras importantes,

como Elisabeth Souza-Lobo e Magda de Almeida Neves, a intenção deste artigo é resgatar, comparativamente, as contribuições das referidas autoras para a revisão analítica sobre a prática e as representações em torno das operárias sindicalizadas e/ou ligadas a movimentos sociais.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram elaborados mediante um levantamento bibliográfico das interpretações realizadas no Brasil, a partir da década de 1980, acerca das categorias gênero, movimentos sociais e sindicatos trabalhistas. A partir disso, houve a seleção das autoras Souza-Lobo e Magda Neves, por suas contribuições nos estudos sobre a temática. Uma vez escolhidas as autoras, uma nova seleção se voltou aos seus textos, para a realização de um estudo teórico das problemáticas em torno da articulação das categorias analíticas propostas.

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que permite a realização de um apanhado geral das principais análises já realizadas relativas ao tema da pesquisa. Assim, o estudo da literatura pertinente nada mais é do que uma pesquisa de livros, documentos ou arquivos que abordam o tema investigado pelo pesquisador em seu trabalho acadêmico (SEVERINO, 2007).

Sem a finalidade de fazer a caracterização/conceituação ou um levantamento dos ideais de luta dos movimentos sociais e sindicatos trabalhistas, o foco do texto é caracterizá-los como ambientes coletivos de atuação masculina e feminina, em prol da qualidade das relações produtivas, retomando, especialmente, a representação dada às mulheres em tais espaços. Para tanto, o conceito de gênero auxilia essa tarefa ao se destacar como categoria analítica chave nos estudos sobre a condição histórica dos sexos.

3 Conceituando gênero

Retomando, no tempo, a problematização acadêmica em torno do conceito de gênero, percebe-se que ela emergiu nos anos 1970, influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico dos movimentos feministas. Foi necessário, inicialmente, dar visibilidade à construção histórica e cultural do chamado “sexo social” (gênero), em detrimento do fatalismo e do naturalismo, os quais remetiam as representações da mulher às perspectivas inferiores, orientadas por questões biologizantes (HIRATA; KERGOAT, 1999).

O campo temático atualmente definido por “estudos de gênero” foi precedido pelos “estudos sobre a mulher”, confirmando a alteração gradual dos movimentos sociais de cunho feminista para a esfera acadêmica. Nos anos em que esses movimentos sobressaíram, os “estudos sobre as mulheres” foram dominantes, já os “estudos de gênero” conotam a entrada de uma perspectiva analítica na academia. Assim, não se trata mais de apenas denunciar a opressão feminina, mas de compreender, teoricamente, o caráter sexista do conhecimento e o perigo das generalizações. Hoje, encontram-se mais “estudos de gênero” do que “estudos sobre as mulheres”, possibilitando reflexões também sobre o gênero masculino e paternidades (MORAES, 2000).

Várias autoras colaboraram para a elaboração do conceito e para o uso da categoria analítica gênero, dentre elas Joan Scott (1990), Teresa de Lauretis (1994), Judith Butler (2003) e, especialmente, Jane Flax (1991), pelo conceito que desenvolveu. Sabe-se que as relações de gênero implicam relações variadas e simultaneamente relacionadas entre homens e mulheres frente aos diferentes aspectos da vida social, dentre

eles o trabalho, os sindicatos e os movimentos sociais. Como aponta Jane Flax (1991, p. 229), “na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados”. Assim, a inter-relação entre homens e mulheres, sob a perspectiva de gênero, conduz a relações sociais relacionais e articuladas entre si.

Para a autora, as relações de gênero estabelecidas no Ocidente moderno são marcadas por relações de poder e dominação, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. Com isso, o gênero faz referência às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais são produto de uma construção social e histórica dos papéis masculino e feminino. A autora ainda considera o gênero como uma categoria relacional, formada por partes interdependentes entre si.

Cabe ressaltar que as diferentes relações sociais das quais os indivíduos fazem parte e às quais são submetidos são responsáveis pelo estabelecimento do que vem a ser homem ou mulher. Desse modo, o termo “relações de gênero”, do modo como é trabalhado no campo teórico das Ciências Sociais, denota uma percepção culturalista perante o não reconhecimento de uma essência abstrata universalizante feminina ou masculina; seriam os fatores culturais os responsáveis por moldar atributos de homens e mulheres. Ou seja, as relações sociais orientadas por estruturas de poder diferenciadas culturalmente teriam maior peso na diferenciação do que hoje se chama “homem” e “mulher”, em comparação ao fator biológico (MORAES, 2000).

Assim, as relações de gênero designam um núcleo complexo de relações sociais e um conjunto mútuo de processos históricos e sociais variáveis. O gênero como categoria analítica e processo social é

relacional, e suas relações são complexas e instáveis, formadas de partes inter-relacionadas e interdependentes. Elas estabelecem, também, capacidades humanas diferenciadas e assimétricas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são forjados: o homem e a mulher, os quais são apresentados como excludentes. Além disso, épocas e culturas são responsáveis por alterar o conteúdo e a rigidez das categorias “homem” e “mulher”. De modo geral, as relações de gênero têm sido definidas por mecanismos de dominação e (precarosamente) controladas por um de seus aspectos inter-relacionados: o homem (FLAX, 1991).

Nota-se a viabilidade de pensar a prática e as representações das mulheres em espaços reivindicativos, uma vez que se adota, neste artigo, o caráter relacional e estruturante das relações de gênero. Ao utilizar-se a perspectiva analítica relacional empreendida por Jane Flax (1991), articulando as categorias gênero, trabalho, movimentos sociais e sindicatos, o desafio é produzir um conhecimento livre de noções e ideias simplistas pré-estabelecidas, mostrando que o gênero não pode se desvincular de uma problemática de luta, pois surge com a emergência dos movimentos feministas e suas propostas de emancipação.

A elaboração criteriosa de conhecimentos relativos à participação das mulheres em espaços de reivindicação, com os avanços na problematização dos estudos acadêmicos destinados à temática de gênero, permite revelar o caráter sexuado das relações de trabalho, contribuindo para que manifestações concretas de desigualdade, opressão e discriminação da presença feminina em diferentes segmentos sociais sejam reveladas e, em certa medida, superadas (FERREIRA; LEMOS, 2011).

4 Movimentos sociais trabalhistas: as contribuições de Souza-Lobo

Elisabeth de Souza-Lobo Garcia costumava assinar seus textos simplesmente como Elisabeth Souza-Lobo. Nascida em 1943, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde formou-se em Letras, morou no Chile e na França, país em que obteve seu título de doutora, pela Universidade de Paris VIII, no ano de 1979. No Brasil, foi filiada ao Partido dos Trabalhadores, vinculando militância política e exercício acadêmico. Ao longo de sua carreira como docente, lecionou em Piracicaba, na UNIMEP, em Marília, na UNESP, em São Paulo, na USP, e em Campinas, no Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Unicamp. Foi pioneira nos estudos de gênero e trabalho na academia brasileira ao desenvolver, na década de 1970, estudos empíricos com trabalhadores e trabalhadoras em fábricas automotivas. Souza-Lobo faleceu em 15 de março de 1991, vítima de um acidente de carro em João Pessoa, na Paraíba, onde realizaria palestras e daria sequência às suas pesquisas sobre relações de gênero nos movimentos sociais no campo.

Em seu ensaio *O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho* (1992), são encontradas reflexões específicas sobre o uso da categoria gênero na Sociologia do Trabalho. Elisabeth Souza-Lobo (1992, p. 260) ressalta que “as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: os gêneros”. Segundo a autora, utilizar a categoria analítica gênero permite a construção de certa relação social-simbólica, sem que isso estabeleça um mecanismo de determinação estrutural ou biológico, uma vez que o conceito de gênero implica significações culturais.

Elisabeth Souza-Lobo (1991) destaca que a dúvida acerca da gênese da opressão feminina permanece nas interpretações

desenvolvidas sobre a temática das mulheres e que ainda existem reflexões incipientes que questionam se as representações masculinas e femininas são, de fato, relações culturalmente estabelecidas ou parte de uma essência universalizante. Segundo a autora, o patriarcado, como sistema social-ideológico que coloca a figura masculina hierarquicamente em posições superiores, tende a legitimar a concepção do “sexo-biológico”, em detrimento do “sexo-social”. Porém, o paradoxo é que o próprio sistema patriarcal de estruturação da sociedade emerge de relações construídas cultural e historicamente no imaginário social.

Os impasses nas pesquisas sobre os sexos são inúmeros, mas o maior consenso encontrado refere-se à transferência do norte reflexivo de tais pesquisas para a questão da busca “dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 187).

De acordo com a autora, a elaboração da categoria analítica gênero se dá em diversos espaços, como a família, os movimentos sociais, o mercado de trabalho, as instituições sociais e mesmo as subjetividades. Em tais espaços, pode-se perceber a questão apontada por Joan Scott (1990) de que relações de gênero são também relações de poder, ao estabelecerem diferenças, assimetrias e hierarquias perante os sexos. Para ambas, a dominação de gênero, revestida de relações de poder, é inexplicável segundo fatores de ordem biológica.

As interpretações baseadas no gênero devem considerar as variadas lateralidades sociais que estão presentes nas esferas pública e privada. Nas palavras de Elisabeth Souza-Lobo (1991, p. 189),

os estudos mais atentos à problemática das relações de gênero, e não apenas à descrição do sexo dos atores sociais, suscitariam a questão da articulação da vida pri-

vada e vida pública, focalizando as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado.

A autora adverte para o perigo de se criar um gueto analítico de estudos sobre mulheres e gênero separado das demais reflexões, uma espécie de “campo teórico à parte”. O fato seria prejudicial na medida em que não se pode explicar o gênero isoladamente, pois este remete ao amplo conjunto das relações sociais e históricas que envolvem também o poder e as relações de dominação.

Segundo Elisabeth Souza-Lobo (1991), no final da década de 1970 e meados da de 1980, iniciava-se, na produção analítica da Sociologia brasileira, um debate acerca da presença feminina em eventos relativos às relações de trabalho. Contudo, a variável “sexo” ainda não ocupava/ocupa posição de centro na Sociologia do Trabalho, pois, no Brasil, o foco das pesquisas desenvolvidas até os anos 1980 esteve, primordialmente, nos estudos referentes à fábrica e a seus postos de trabalho, bem como ao sindicalismo corporativo. No entanto, para a autora, a composição sexuada tanto da indústria quanto da estrutura da classe operária necessitava de problematização teórica.

A discussão da invisibilidade das operárias apontaria para outra consequência: a invisibilidade da atuação feminina em movimentos sociais trabalhistas. A elaboração de significações para a subordinação das mulheres, mesmo na esfera do trabalho, excluiu a perspectiva de uma dinâmica causal com gênese em certa estrutura fatalmente determinante, para se aproximar da ideia de que este processo de invisibilidade feminina nos segmentos do trabalho é fruto de uma construção social e histórica observada em práticas culturais e institucionais (SOUZA-LOBO et al., 1987).

Sabe-se que a elaboração do conceito de classe se deu perante uma concepção masculina do operário, ignorando o sexo dos trabalhadores e colocando as operárias como grupo à parte, sem interesse e afastado dos problemas da classe e das demandas dos movimentos sociais. Contudo, para Elisabeth Souza-Lobo (1991), mesmo que de forma diferenciada ao longo da história, os debates em torno da igualdade de gênero sempre fizeram parte das agendas dos projetos que visam transformações sociais e políticas.

As mulheres estiveram presentes nas lutas populares da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, nos movimentos abolicionistas. A questão da ‘igualdade entre os sexos’ atravessou as correntes anarquistas e socialistas, e a Revolução Russa. A revolução sexual e a liberação das mulheres ressurgiu nas utopias dos anos 60. Os movimentos, como as revoluções, podem ser institucionalizados e perder sua radicalidade, mas o tema da hierarquia entre os gêneros emerge a cada vez que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos (SOUZA-LOBO, 1991, p. 179).

Assim, uma problemática bastante presente na obra de Souza-Lobo é a dos movimentos sociais trabalhistas, entendidos enquanto espaços de ação não só masculina, como também feminina. De acordo com a autora, na origem da problemática de gênero, encontra-se o feminismo, visto como prática, movimento social ou teoria. A autora sinaliza interesse perante a reflexão das relações de gênero nas interpretações acerca dos movimentos sociais que fizeram/fazem parte do cenário social e político a partir da segunda metade dos anos 1970.

A luta em defesa de melhores condições de vida e trabalho desenvolvida pelos movimentos sociais, ao criar novos espaços e rearranjar estruturas hierárquicas, evidencia as temáticas políticas de participação e representação. Também articula a dis-

cussão sobre direitos sociais e políticos, reformulando práticas de homens e mulheres de cunho tradicionalista acerca dos lugares destinados a eles (as) no trabalho e na vida social em geral. Desse modo, Elisabeth Souza-Lobo (1991) debruça-se sobre a análise dos movimentos sociais articulada à categoria gênero, por considerá-los espaços importantes que rompem, ao se considerar as relações de produção, com o caráter estereotipado de que os homens são os únicos sujeitos políticos ativos que reivindicam direitos trabalhistas essenciais.

Para Elisabeth Souza-Lobo (1991), os movimentos sociais são capazes de formar identidades entre atores sociais e políticos. A dinâmica de luta dos movimentos deve ser estudada levando-se em conta a transformação de vontades em demandas, bem como por meio da constituição de reivindicações por intermédio de necessidades. Ao considerá-los como “ator coletivo”, uma vez que são formados diversos membros, deve-se pressupor que as reivindicações do grupo fazem com que haja interação e solidariedade entre seus membros.

Algo peculiar destacado frente à participação das mulheres nos movimentos diz respeito ao fato de que elas identificam, em suas falas, identidades de grupo, ao se referirem sempre no plural, pressupondo a coletividade dentro das fábricas. Fora da fábrica, essas mulheres encontram, no bairro onde moram, um local de sociabilidade, no qual os interesses de cada dona de casa, em seu espaço privado da residência, transformam-se em demanda comum, transfigurando o espaço público e coletivo do bairro.

Cabe ressaltar que esse processo de reconhecimento de experiências, práticas e demandas comuns, promovido pelo compartilhamento de espaços coletivos, como a fábrica e o bairro, proporciona às mulheres maior importância como agentes sociais, e os movimentos se transformam em espaços nos quais essas mulheres refletem acerca de suas experiências.

Assim:

o interesse em problematizar a constituição dos movimentos a partir de uma problemática de gêneros reside justamente no fato de que sob esse ângulo se coloca a questão das relações entre os sujeitos e as práticas sociais. A dinâmica dos movimentos não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade (SOUZA-LOBO, 1991, p. 177-178).

A vinculação de homens ou mulheres nos movimentos sociais é estudada, de forma muito frequente, por meio dos interesses diferenciados entre eles. Dessa forma, as questões relacionadas à produção (que compreende os processos do capital e do trabalho na constituição da mercadoria) seriam preocupações masculinas. Já aquelas relacionadas à reprodução (pensada enquanto reprodução da vida e da força de trabalho do trabalhador enquanto tal) estariam diretamente vinculadas às mulheres. Contudo, Elisabeth Souza-Lobo (1991) mostra que tem ganhado força a separação entre produção-reprodução, com a imbricação entre práticas produtivas e reprodutivas.

É por isso que, para Elisabeth Souza-Lobo (1991, p. 178), o formato e a dinâmica dos movimentos sociais estão relacionados com as experiências cotidianas dos sujeitos, “as práticas masculinas ou femininas moldam e são moldadas nas formas dos movimentos”. Desse modo, o sujeito desenhado pelos próprios movimentos vai, aos poucos, perdendo a figura masculina, e o imaginário social vai absorvendo também a imagem das mulheres enquanto sujeitos reivindicativos, engajadas em lutas por melhorias nas condições de trabalho.

Tal argumento passa a estar em consonância com a ampliação da vida política, bem como da cidadania, uma vez que se tem

o aumento dos espaços de reivindicação e debate. As mulheres passam a questionar a posição que ocupam na hierarquia de gênero, que as colocam, por meio de um imaginário criado socialmente, como submissas e reclusas, e tal questionamento se dá tanto no âmbito público quanto na vida privada.

Desse modo, nota-se que a reflexão sobre os novos espaços de participação feminina, as formas diferenciadas de relações sociais emancipatórias e os novos modos de pensar a política, assim como a presença das mulheres nos movimentos sociais, apontam a preocupação não só das concepções feministas nascidas no fim dos anos 1970, como também daqueles interessados pelo debate de gênero frente aos argumentos opressores que tendem a colocar as mulheres em posições sociais e políticas inferiores em relação aos homens.

5 Magda Neves, sindicatos trabalhistas e a problemática de gênero

Magda Maria Bello de Almeida Neves se graduou em Serviço Social pela UFJF em 1968 e concluiu seu mestrado no ano de 1983, em Ciência Política, pela UFMG. Sob a orientação de Elisabeth Souza-Lobo, obteve o grau de doutora em Sociologia pela USP, tendo passado, nesse período, pela França, para aprofundamento de seus estudos, com auxílio de Danièle Kergoat. É professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG e, atualmente, integra o corpo docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC de Minas Gerais. Realiza pesquisas no campo da Sociologia do Trabalho, perante as temáticas do trabalho, reestruturação produtiva, trabalhadores (as), relações de gênero, cidadania e sindicalismo.

De acordo com a autora, os estudos da Sociologia do Trabalho encontrados até meados da década de 1980 apresentavam, de modo geral, a classe trabalhadora de ma-

neira assexuada, formada por indivíduos homogêneos, o que, tendencialmente, contribuía para que as mulheres fossem vistas somente como força de trabalho e não enquanto atores sociais atuantes. O que se tem, com isso, é a forte luta dos movimentos feministas que, já nos anos 1970, questionavam a legitimidade desses esquemas clássicos de interpretação da realidade social (os quais apontavam para a inferioridade feminina), contribuindo para “tornar as mulheres atores sociais visíveis a partir da categoria sexo como variável social” (NEVES, 1988, p. 3)

As concepções analíticas clássicas articulavam as relações de trabalho aos sexos da seguinte forma: a esfera masculina estaria relacionada ao trabalho produtivo assalariado, bem como à vida pública, e a esfera feminina se voltaria ao trabalho doméstico (tido como improdutivo) e, conseqüentemente, à vida privada e à reprodução. Quando as mulheres participam da esfera “destinada aos homens”, percebe-se que elas estão em contextos de desigualdade, dominação e opressão.

Com o avanço dos estudos de gênero na Sociologia do Trabalho, nota-se, como bem aponta Magda Neves (1988, p. 4), que as novas análises relativas ao tema não se restringiam às mulheres, mas “às relações sociais que fundamentam os lugares e as práticas de homens e mulheres na divisão do trabalho, e suas transformações tomadas em simultaneidade numa relação dialética”.

Ao utilizar a categoria analítica gênero, Magda Neves (1988) possui como norte orientador as ideias de Joan Scott sobre a articulação das relações de gênero às relações de poder e dominação. As representações de gênero criariam, assim, assimetrias entre homens e mulheres por meio do processo educativo, bem como pela atuação de organizações e instituições sociais sobre os indivíduos.

Alguns estudos de Magda Neves destacam a problemática sindical articulada à categoria gênero como eixo interpretativo central. Em *Relações de gênero e práticas sindicais* (1990), *Trabalho e relações de gênero: a experiência de trabalhadores em Contagem nos anos 70* (1992) e *Relação de gênero nos espaços públicos e privados: a experiência das trabalhadoras na CUT* (1993), a autora apresenta reflexões acerca do cotidiano fabril e dos espaços de sindicatos de trabalhadores (as).

A autora se preocupa com a necessidade de se reintegrar, na história, as mulheres enquanto sujeitos participativos, por perceber a carência de registros que lhes garantam visibilidade e que as coloquem presentes nos diversos tempos históricos e espaços sociais. Para Magda Neves (1990), os movimentos feministas tiveram atuação importante no que diz respeito a esse processo de considerar as mulheres como atores sociais, tornando-as visíveis.

A prática observada com recorrência, anterior aos anos 1970, era a de estudos referentes aos trabalhadores e sindicatos como homogêneos e assexuados. Assim, com o uso da categoria gênero, é possível a dissociação entre sexo biológico e sexo social, pois o gênero é entendido enquanto construção social, que implica relações de poder, assimetrias e desigualdades entre os sexos.

Nos estudos sobre o sindicalismo, Magda Neves (1990, 1992a, 1993) faz referência a Danièle Kergoat e Souza-Lobo, a respeito da construção da identidade dos sujeitos sexuados, os quais constroem para si imagens, símbolos e representações que interpretam o tempo vivido. Tudo isso sugere análises acerca dos trabalhadores e trabalhadoras que não se limitam às suas condições de classe no sentido econômico, além de reflexões que se voltam para o cotidiano, o trabalho, o espaço sindical e a vida familiar de operários e operárias.

Essas identidades, elaboradas pelos sujeitos por meio de representações e imagens, são simultaneamente individuais e coletivas. Nesse sentido, o masculino é representado pelo instituído, mensurável e visível, e o feminino é tido como falta, invisível e ausente. Ora, quando se estabelece uma oposição entre os caracteres definidores do masculino e do feminino, reconhece-se a desigualdade entre eles, desigualdade tal que é fomentada por relações de poder entre homens e mulheres.

É a partir dessas representações construídas socialmente que se pôde, por muito tempo, entender o sindicato como um espaço tipicamente masculino. As mulheres que participavam das organizações sindicais ocupavam posições subordinadas, eram submetidas à opressão e discriminação e não atuavam perante decisões significativas, pois foi tecido, historicamente, um conjunto imaginário de representações, que excluía a presença feminina de contextos sindicais.

Segundo as reflexões sobre sindicalismo e gênero desenvolvidas por Magda Neves (1990, 1992a), é necessária, por parte das mulheres, uma participação mais efetiva nos sindicatos. Contudo, pode-se concluir que a dificuldade de atuação sindical das mulheres é reforçada pela ideia de que o espaço público e a ação política são exclusivos dos homens e pelo acúmulo de tarefas, resultando na dupla (casa/trabalho) ou tripla (casa/trabalho/sindicato) jornada de trabalho.

6 Atualizando o debate

Leituras recentes acerca da presença de mulheres em ambientes de luta apontam que “uma das importantes contribuições dos estudos feministas, desde as primeiras fases, foi propiciar a visibilidade das práticas sociais e políticas das mulheres, de modo a inscrevê-las nos processos históricos” (MARIANO, 2009, p. 35).

Se, em meados dos anos 1980, as publicações acadêmicas já davam conta de que a organização feminina no interior dos sindicatos “não foi somente um meio, mas de algum modo um fim: realizar desde o início uma forma diferente de participação das mulheres, que unia a transformação da vida pessoal à ação visando à transformação da sociedade” (BECCALLI, 1987, p. 182), os teóricos dos anos 2000 continuam entendendo que “essa luta pela igualdade entre os gêneros foi parte de um processo histórico em curso em vários países ocidentais. Luta esta advinda de movimentos sociais como o de mulheres, o feminista e o da contracultura” (ZIMMERMANN, 2009, p. 166).

Contudo, o processo de atuação de mulheres em espaços reivindicativos passa por complexidades e mecanismos opressores que buscam frear sua luta e mobilização. Tânia Regina Zimmermann (2009) revela que, entre as décadas de 1970 e 1980, tempos áureos da proliferação dos movimentos feministas, os jornais encaravam a feminização de certos movimentos, em suas publicações, com matérias pouco elogiosas à “ampla participação e mobilização de mulheres no interior do país” (p. 165). A grande maioria das notícias veiculadas fazia severas críticas aos movimentos de mulheres, os quais, segundo as matérias jornalísticas, eram “a causa de inúmeros problemas, como a destruição da família, dos costumes, a legalização do divórcio e do aborto e a escalada de mulheres em atividades ilícitas” (p. 170).

Assim, a questão da atuação política das mulheres ainda se choca com mecanismos estruturais do modo de produção capitalista. Cláudia Nogueira (2008, p. 185) adverte que tal modo de produção se opõe às tentativas de igualdade substantiva entre os sexos, “visto que ele necessita, para a preservação de seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em

ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.” No entanto, ainda assim, os espaços de atuação das mulheres em defesa de melhorias nas relações trabalhistas são fundamentais, sendo “imprescindível que, na luta por uma divisão sexual do trabalho com mais igualdade, esteja presente o combate à opressão masculina sobre a feminina” (p. 189).

Mesmo com forças contrárias à atividade exercida pelas mulheres nos espaços de luta, as atuações femininas nesses ambientes têm ganhado força. A atualidade das análises acerca da politização e ação femininas em movimentos sociais vem produzindo debates importantes sobre a atuação delas no próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores e mais atuantes movimentos brasileiros ligados aos trabalhadores, como demonstra o trabalho de Renata Gonçalves (2009).

A autora aponta a redução de “textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres”, pois crescem, a cada dia, formas de entendimento que almejam “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização” do MST. Assim, elas deixam de ser simples acompanhantes de seus maridos, tornando-se companheiras de luta em favor da causa do movimento. Ou seja, “a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços se pode desconstruir e reconstruir as chamadas relações de gênero” (GONÇALVES, 2009, p. 214).

7 Considerações finais

“Se as desigualdades econômicas, sociais e políticas são imperativos categóricos das sociedades modernas, logo as disputas em torno de noções de justiça e de distribuição ganham relevância teórica e

política” (MARIANO, 2009, p. 37). Tendo por base tal argumento, é perceptível a importância analítica do debate proposto por este artigo. Uma vez constatada a hierarquia entre os sexos no mercado de trabalho, a qual tende a colocar o homem em condição superior, as mulheres engajam-se em sindicatos e movimentos sociais para reverter esse quadro de desigualdade.

O próprio crescimento da força de trabalho feminina trouxe, concomitantemente, maior visibilidade às suas práticas enquanto sujeitos sociais ativos que atuam em espaços de luta. Como ressalta Beccalli (1987, p. 181), é possível perceber o desenvolvimento de

um interesse crescente pelos problemas da mulher, em numerosos sindicatos de países industrializados, traduzindo-se por iniciativas e por movimentos de pressão animados por mulheres no interior do sindicato; ele se explica, certamente, pela presença crescente das mulheres na força de trabalho.

Retomando as discussões que serviram como pano de fundo para as análises aqui desenvolvidas, baseadas, essencialmente, nas colaborações teóricas de Elisabeth Souza-Lobo e Magda Neves, é possível fazer associações entre as autoras, segundo pontos convergentes. Para ambas, os atuais estudos sobre o trabalho feminino elucidam como a história dos operários ignorou a presença feminina, relegando às mulheres posições marginais na constituição da classe trabalhadora e em seus movimentos sociais (Elisabeth Souza-Lobo) e mesmo nos sindicatos (Magda Neves).

De acordo com as ideias de Magda Neves (1988, 1990, 1992a, 1992b), pode-se concluir que há uma ampliação do debate acadêmico referente às relações de gênero e sindicatos. Para a autora, o gênero é definido mediante uma construção histórica e social, na qual relações de complexidade e de poder estão diretamente envolvidas. Sua

crítica é feita às noções que estabelecem os fatores biológicos como suficientes para a definição do feminino e do masculino, bem como à percepção de classe trabalhadora enquanto categoria totalizante, atemporal e assexuada, aspecto que também se relaciona com o pensamento de Elisabeth Souza-Lobo (1991).

As autoras também fazem significativas reflexões acerca da produção-reprodução, criticando as representações vigentes, que estabelecem o espaço das mulheres como o doméstico, o privado, relacionado à reprodução da força de trabalho, enquanto o ambiente dos homens seria o público, relativo à produção.

Por fim, Magda Neves e Elisabeth Souza-Lobo são conscientes do papel feminino nas relações políticas. Ambas estão preocupadas em afirmar que as mulheres também são agentes sociais ativas, reflexivas e reivindicativas sobre suas experiências e condições de vida e trabalho, desconstruindo a representação de que apenas os homens são atuantes nos movimentos sociais/sindicatos. Se cada vez mais as mulheres conseguem povoar o espaço da produção,

esse é um movimento que exige muita atenção da luta feminina, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos da mulher, eliminando do processo as desigualdades existentes. Isso porque a inserção acentuada da força de trabalho feminina se dá não pelo interesse do capital na emancipação da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor (NOGUEIRA, 2008, p. 189).

Acredita-se que todas essas análises colaboram para o rompimento do caráter assexuado das relações sociais, conferindo visibilidade à participação das mulheres em diferentes segmentos políticos. Indo além das concepções simplificadas e das questões naturalizantes, que desconsideram os fato-

res sociais e históricos envolvidos, a problematização acerca da atuação feminina em espaços reivindicativos permite revelar e, em certo ponto, superar mecanismos opressores e discriminatórios, fato que Elisabeth Souza-Lobo e Magda Neves procuraram/procuram enfrentar lançando mão da categoria gênero nos estudos da Sociologia do Trabalho.

Referências bibliográficas

ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana: uma introdução. In: _____. (Org.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 9-18.

BECCALLI, B. Feminismo e sindicalismo: o caso italiano durante a década de 70. In: KARTCHEVSKY, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.181-193.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (Org.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 277-294.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, E. S.; LEMOS, M. R. A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. de. **Trabalho e gênero**: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.35-51.

FLAX, J. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p.198-216, jul./dez. 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, p. 93-100, 1999.

HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 89-108.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**, ano 3, n. 6, 1997.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MARIANO, S. Debates feministas sobre direito, justiça e reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 34-51, jul./dez. 2009.

MORAES, M. L. Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 11, p. 89-97, 2000.

NEVES, M. de A. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero: anotações em torno do tema. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPOCS, 1988. p.02-27.

_____. Relações de gênero e práticas sindicais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14., 1990, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1990. p. 2-11.

_____. Relações de gênero e sindicalismo. In: ENCONTRO ABEP, 8., 1992. **Anais...** Brasília: ABEP, 1992a. p.129-142.

_____. Trabalho e relações de gênero: a experiência de trabalhadores em Contagem nos anos 70. In: CARDOSO, A. P.; VEN, M. L.; OLIVEIRA, C. R.; MELO, M. P. (Org.). **Outras falas...** em processo de trabalho. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992b. p.55-95.

_____. Relação de gênero nos espaços públicos e privados: a experiência das trabalhadoras na CUT. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 10, n. 1/2, jan./dez. 1993.

NOGUEIRA, C. M. Notas sobre a mulher e a sua luta pela “igualdade substancial”. In: LUCENA, C. (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas: Alínea, 2008. p.185-193.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**; trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.

SOUZA-LOBO, E. et al. A “prática invisível” das operárias. In: KARTCHEVSKY, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 131-143.

TOSTA, T. L. D. Desigualdades de gênero e a precarização das relações de trabalho. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. de. **Trabalho e gênero**: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 53-68.

ZIMMERMANN, T. R. Imprensa, movimento de mulheres, feminismo e violência de gênero no oeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 162-177, jul./dez. 2009.